



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE C O R U C H E

## MOÇÃO

**A Moção, que a seguir se transcreve, foi apresentada pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, tendo sido aprovada por maioria, com 24 votos a favor (18 do PS e 6 da CDU) e duas abstenções do MIC.**

Ao contrário do que vinha a ser apregoado desde 2011, o ano de 2012 não foi o ano da viragem económica, bem pelo contrário foi um ano de agravamento da dramática situação económica e social que o País atravessa.

Infelizmente para muitos trabalhadores e muitas famílias também no concelho de Coruche a recordação que irá ficar deste ano de 2012 será o corte nos subsídios de Natal e de férias, a facilitação dos despedimentos, o aumento do desemprego, o aumento da precariedade, o encarecimento do custo de vida, a perda de poder de compra e o aumento de impostos.

Hoje pode-se assumir com toda a convicção que Portugal e os portugueses estão mais pobres.

A Constituição da República Portuguesa, Lei Fundamental aprovada em 1976 no seguimento da revolução democrática do 25 de Abril de 1974 tem sido até ao momento a garantia dos direitos fundamentais em Portugal e da dignidade que todos os portugueses merecem.

Infelizmente e de uma forma cega, o governo português e a maioria da Assembleia da República insistem em prosseguir com políticas danosas que já levaram ao empobrecimento de milhares de famílias portuguesas, sendo que para muitas este será o Natal mais triste que alguma vez tiveram pois estão sem emprego e sem dinheiro para cumprir com os seus compromissos ou para alimentarem os seus filhos.

O Orçamento de Estado para o ano de 2013 é mais uma peça no rumo de desastre que o País está a levar.

Marcado por uma enorme carga fiscal que se irá abater sobre os trabalhadores e as famílias portuguesas, apenas irá promover mais desemprego e instalar definitivamente a fome existente e já acentuada em 2012.

Um Orçamento que não serve nem o País nem quem nele trabalha, bem pelo contrário subcarrega estes para poder manter privilégios instalados e de forma parasitária transformar a Constituição da República Portuguesa num documento de carácter semântico, violando o seu espírito democrático e social.

Entende a Assembleia Municipal de Coruche que o Senhor Presidente da República tem uma palavra a dar sobre o Orçamento de Estado para o ano de 2013, devendo agir sobre o mesmo de forma que este não viole a Constituição.

Assim e em conformidade com as considerações acima referidas, **delibera a Assembleia Municipal de Coruche, reunida em sessão ordinária de 14 de dezembro de 2012:**

- **Manifestar o seu desacordo com a linha política contida no Orçamento de Estado para 2013.**



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE C O R U C H E

## MOÇÃO

.../...

- **Manifestar o seu repúdio para com qualquer alteração legislativa que vise empobrecer e agravar a situação social das famílias portuguesas.**
- **Exigir que o Senhor Presidente da República exerça o seu direito de veto sobre o Orçamento de Estado para 2013 enquanto este contiver matérias inconstitucionais.**

A enviar:

- ao Senhor Presidente da República
- à Senhora Presidente da Assembleia da República
- ao Senhor Primeiro Ministro
- aos Grupos Parlamentares
- à Câmara Municipal de Coruche
- à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
- à Comunicação Social nacional, regional e local

Coruche, 14 de dezembro de 2012  
O Presidente da Assembleia Municipal

(José João Henriques Coelho)